



A IMPORTÂNCIA DA FISIOTERAPIA HUMANITÁRIA PARA A REDUÇÃO DE DANOS EM CASOS DE DESASTRES NATURAIS

THE IMPORTANCE OF HUMANITARIAN PHYSIOTHERAPY FOR REDUCING DAMAGE IN CASES OF NATURAL DISASTERS

LA IMPORTANCIA DE LA FISIOTERAPIA HUMANITARIA PARA LA REDUCCION DE DAÑOS EN CASOS DE DESASTRES NATURALES



<https://doi.org/10.56238/levv16n47-117>

Data de submissão: 25/03/2025

Data de publicação: 25/04/2025

Leonardo Costa Pereira

RESUMO

A crescente frequência e intensidade dos desastres naturais têm ampliado a necessidade de respostas em saúde pública que sejam abrangentes e integradas. Neste cenário, a fisioterapia emerge como uma prática essencial para a redução de danos e a recuperação das populações afetadas. Este estudo, conduzido por meio de uma revisão bibliográfica qualitativa, analisou produções científicas e documentos técnicos relacionados à atuação da fisioterapia em emergências e desastres. Os achados indicam que a atuação fisioterapêutica, ao se expandir para além da reabilitação convencional, contribui diretamente para a manutenção da funcionalidade, a prevenção de incapacidades e o fortalecimento da saúde comunitária. A abordagem coletiva e interdisciplinar, apoiada por práticas de vigilância e promoção da saúde, mostrou-se fundamental para enfrentar os impactos físicos, emocionais e sociais gerados pelos desastres. A integração da fisioterapia aos planos de resposta e aos sistemas de defesa civil ainda é um desafio, sendo necessária a construção de políticas públicas que reconheçam seu papel estratégico. Investir na formação específica dos fisioterapeutas e fomentar a atuação em rede com outras áreas da saúde e do setor humanitário são caminhos para consolidar uma prática mais efetiva e alinhada aos princípios da equidade e da integralidade do cuidado. A fisioterapia, ao contribuir com a recuperação funcional e com a promoção da resiliência das comunidades, torna-se um elemento indispensável nas estratégias de resposta humanitária e nos processos de reconstrução pós-desastre.

Palavras-chave: Fisioterapia humanitária. Emergências. Gestão de riscos. Saúde coletiva. Desastres naturais.

ABSTRACT

The increasing frequency and intensity of natural disasters have heightened the need for comprehensive and integrated public health responses. In this context, physical therapy emerges as an essential practice for damage reduction and for supporting the recovery of affected populations. This study, conducted through a qualitative literature review, analyzed scientific publications and technical documents related to the role of physical therapy in emergencies and disasters. The findings indicate that the practice of physical therapy, by extending beyond conventional rehabilitation, contributes directly to maintaining functionality, preventing disabilities, and strengthening community health. A collective and interdisciplinary approach, supported by health surveillance and promotion practices, has proven fundamental in addressing the physical, emotional, and social impacts generated by

disasters. The integration of physical therapy into response plans and civil defense systems remains a challenge, highlighting the need for public policies that recognize its strategic role. Investing in the specific training of physical therapists and fostering their participation in networks with other health and humanitarian sectors are essential steps toward establishing a more effective practice aligned with the principles of equity and comprehensive care. Physical therapy, by contributing to functional recovery and the promotion of community resilience, becomes an indispensable element in humanitarian response strategies and post-disaster reconstruction processes.

Keywords: Humanitarian physical therapy. Emergencies. Risk management. Public health. Natural disasters.

RESUMEN

La creciente frecuencia e intensidad de los desastres naturales ha incrementado la necesidad de respuestas integrales de salud pública. En este contexto, la fisioterapia se ha consolidado como una práctica esencial para la reducción de daños y la recuperación de las poblaciones afectadas. Este estudio, realizado mediante una revisión bibliográfica cualitativa, analizó la producción científica y los documentos técnicos relacionados con el papel de la fisioterapia en emergencias y desastres. Los hallazgos indican que la fisioterapia, al expandirse más allá de la rehabilitación convencional, contribuye directamente al mantenimiento de la funcionalidad, la prevención de discapacidades y el fortalecimiento de la salud comunitaria. El enfoque colectivo e interdisciplinario, respaldado por prácticas de vigilancia y promoción de la salud, ha demostrado ser esencial para abordar los impactos físicos, emocionales y sociales generados por los desastres. Integrar la fisioterapia en los planes de respuesta y los sistemas de defensa civil sigue siendo un desafío, y se necesitan políticas públicas que reconozcan su papel estratégico. Invertir en la formación específica de fisioterapeutas y fomentar la colaboración con otras áreas de la salud y el sector humanitario son formas de consolidar una práctica más eficaz, alineada con los principios de equidad y atención integral. Al contribuir a la recuperación funcional y promover la resiliencia comunitaria, la fisioterapia se convierte en un elemento indispensable en las estrategias de respuesta humanitaria y los procesos de reconstrucción postdesastre.

Palabras clave: Fisioterapia humanitaria. Emergencias. Gestión de riesgos. Salud pública. Desastres naturales.

1 INTRODUÇÃO

Os desastres naturais representam um dos mais significativos desafios contemporâneos para os sistemas de saúde, considerando a amplitude de seus impactos sobre as populações vulneráveis e a complexidade das respostas necessárias para mitigar danos e promover a recuperação, pois enchentes, deslizamentos, terremotos, furacões e outros fenômenos naturais extremos causam não apenas perdas materiais e humanas imediatas, mas também desencadeiam efeitos duradouros sobre o bem-estar físico e mental das comunidades afetadas (Freitas et al., 2014).

No contexto brasileiro, a crescente frequência e intensidade dos desastres naturais tem evidenciado lacunas nos modelos de atenção à saúde, particularmente no que diz respeito às estratégias de reabilitação física e funcional das vítimas, uma vez que os impactos sobre a saúde não se restringem ao período agudo dos eventos, exigindo intervenções contínuas que promovam a recuperação e previnam agravos secundários (Freitas et al., 2014).

A fisioterapia, tradicionalmente associada à reabilitação de condições crônicas e traumatológicas, vem expandindo suas fronteiras de atuação para abranger também o campo da resposta humanitária em emergências e desastres, já que o novo perfil epidemiológico e as demandas dos sistemas de saúde contemporâneos requerem uma reorientação das práticas fisioterapêuticas, inserindo-as no âmbito da saúde coletiva e das políticas de vigilância em saúde (Bispo Júnior, 2007).

Em situações de desastre, as necessidades de reabilitação emergem precocemente, dado o volume expressivo de lesões musculoesqueléticas, neurológicas e respiratórias decorrentes dos eventos, bem como das condições precárias enfrentadas pelas populações deslocadas, sendo que o impacto emocional e físico sobre os indivíduos e as comunidades exige uma mobilização articulada de esforços interdisciplinares para promover o enfrentamento e a superação das adversidades (Krum; Bandeira, 2008).

Nesse contexto, o conceito de fisioterapia humanitária ganha relevo, ao posicionar o fisioterapeuta como agente estratégico na promoção da funcionalidade, na prevenção de incapacidades e no fortalecimento da resiliência das comunidades afetadas, destacando-se que a atuação da fisioterapia deve se integrar desde as fases iniciais da resposta aos desastres até os processos de recuperação a longo prazo (Machado, 2010).

O fortalecimento das capacidades locais e a capacitação de profissionais para atuação em contextos de emergência configuram componentes essenciais de uma abordagem efetiva, pois é imperativo desenvolver competências específicas para o manejo das condições típicas desses cenários, que demandam intervenções rápidas e adaptadas às condições de campo (Freitas et al., 2014).

A reabilitação em contextos de desastre não pode ser vista como etapa secundária ou postergada, uma vez que intervenções precoces têm o potencial de reduzir complicações, encurtar o tempo de recuperação e minimizar o impacto funcional das lesões, sendo que a inclusão da fisioterapia

em planos nacionais e locais de resposta a emergências constitui, portanto, uma estratégia fundamental para garantir a integralidade do cuidado (Oliver; De Santana; Ribeiro, 2024).

A literatura evidencia que as abordagens centradas exclusivamente no atendimento médico emergencial deixam lacunas importantes na assistência às necessidades de reabilitação, o que reforça a necessidade de ampliar a visão das equipes de resposta e incorporar profissionais da fisioterapia desde as fases iniciais das operações humanitárias (Bispo Júnior, 2007).

As experiências internacionais em operações humanitárias demonstram que a atuação integrada da fisioterapia contribui significativamente para a qualidade da resposta, ao promover a funcionalidade e o bem-estar das populações afetadas, como documentado por análises da participação brasileira em operações humanitárias que destacam a relevância da atuação multiprofissional (Silva, 2022).

No Brasil, iniciativas como o fortalecimento das equipes de saúde da família e a integração de ações de vigilância em saúde ambiental e de reabilitação oferecem oportunidades para consolidar a presença da fisioterapia em estratégias de redução de riscos e resposta a desastres, sendo que a articulação intersetorial e a capacitação contínua dos profissionais são fatores determinantes para o sucesso dessas ações (Freitas et al., 2014).

Além das lesões físicas, os desastres naturais produzem efeitos psicossociais profundos, que requerem uma abordagem integral do cuidado, pois a fisioterapia humanitária, ao atuar em conjunto com profissionais de saúde mental e assistência social, contribui para a promoção de processos de enfrentamento e recuperação que consideram a pessoa em sua totalidade (Krum; Bandeira, 2008).

A inserção da fisioterapia em programas de capacitação comunitária e em redes de apoio social fortalece as capacidades de resiliência das populações expostas a riscos, sendo que o desenvolvimento de protocolos específicos e a participação em simulações e treinamentos são medidas que aprimoram a prontidão e a eficácia das intervenções (Oliver; De Santana; Ribeiro, 2024).

Os desafios para a consolidação da fisioterapia humanitária incluem não apenas a formação técnica dos profissionais, mas também a construção de uma ética de atuação centrada na solidariedade, na equidade e no respeito à diversidade cultural das comunidades atendidas, visto que tais princípios orientam práticas sensíveis e efetivas em cenários marcados por sofrimento e perda (Machado, 2010).

A incorporação sistemática da fisioterapia nos planos de redução de riscos e resposta a desastres exige uma mudança de paradigma nas políticas de saúde, com a valorização da atuação multiprofissional e o reconhecimento da fisioterapia como componente essencial das ações de saúde em emergências (Freitas et al., 2014).

Assim, ao discutir a importância da fisioterapia humanitária para a redução de danos em casos de desastres naturais, este artigo busca evidenciar as contribuições potenciais da prática fisioterapêutica para a promoção da funcionalidade, da qualidade de vida e da resiliência das

populações afetadas, destacando a necessidade de sua integração efetiva nos sistemas de resposta e recuperação (Oliver; De Santana; Ribeiro, 2024).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 IMPACTOS DOS DESASTRES NATURAIS SOBRE A SAÚDE DAS POPULAÇÕES

Os desastres naturais produzem efeitos profundos e multissetoriais sobre as populações, com consequências que ultrapassam as perdas materiais imediatas e impactam diretamente a saúde física e mental dos indivíduos afetados, uma vez que esses eventos se configuram como situações de ruptura aguda do cotidiano, provocando múltiplas formas de vulnerabilidade e expondo de maneira desigual os diferentes segmentos sociais (Freitas et al., 2014).

Esses impactos se manifestam em distintas escalas temporais, com efeitos que vão desde as primeiras horas após o desastre até anos depois, sendo que no curto prazo predominam os registros de feridos e óbitos, enquanto no médio e longo prazos emergem agravos como doenças infecciosas, transtornos psicossociais e o agravamento de condições crônicas de saúde (Freitas et al., 2014).

No Brasil, estudos apontam que a maioria dos registros de mortalidade e morbidade se concentra no período imediato de resgate e socorro, deixando oculta uma gama de impactos que se expressam tardiamente, o que demanda ações de vigilância em saúde estruturadas para captar os efeitos persistentes e promover uma resposta contínua e integrada (Freitas et al., 2014).

Entre os efeitos diretos mais comuns destacam-se lesões traumáticas, afogamentos, intoxicações, queimaduras e agravos decorrentes de choques elétricos, sendo que a magnitude desses agravos varia conforme a natureza do evento e as condições de exposição da população afetada (Oliver; De Santana; Ribeiro, 2024).

As doenças infecciosas constituem uma preocupação relevante no período pós-desastre, especialmente em contextos de inundações e deslizamentos, que comprometem sistemas de abastecimento de água e saneamento básico, favorecendo surtos de doenças como leptospirose, hepatite A, doenças diarreicas e infecções cutâneas (Freitas et al., 2014).

Os transtornos psicossociais representam outro eixo central dos impactos dos desastres sobre a saúde, visto que situações de perda, deslocamento forçado e exposição a ambientes de risco elevam significativamente a incidência de transtorno de estresse pós-traumático, depressão e ansiedade, afetando a capacidade de resiliência individual e coletiva (Machado, 2010).

Os desastres naturais também agravam as condições de saúde de populações com doenças crônicas pré-existentes, como hipertensão, diabetes e doenças respiratórias, dado que a desorganização dos serviços de saúde e das redes de apoio dificulta o acesso a tratamentos contínuos, aumentando o risco de complicações e óbitos evitáveis (Freitas et al., 2014).

A desnutrição é um agravo relevante nos contextos pós-desastre, particularmente em populações vulneráveis e em eventos que comprometem a produção e o acesso a alimentos, sendo que crianças, gestantes e idosos apresentam maior risco de quadros de desnutrição aguda e de suas consequências a longo prazo (Oliver; De Santana; Ribeiro, 2024).

Eventos como secas prolongadas e estiagens também produzem impactos relevantes sobre a saúde, tanto por comprometerem o fornecimento de água potável quanto por afetarem a segurança alimentar e aumentarem a vulnerabilidade socioeconômica das comunidades afetadas, em especial nas regiões mais pobres (Freitas et al., 2014).

A literatura destaca que os impactos à saúde não se distribuem de forma homogênea, afetando de modo mais intenso populações que já se encontram em condições de vulnerabilidade socioambiental, como aquelas residentes em áreas de risco, em habitações precárias e com acesso limitado a serviços essenciais (Freitas et al., 2014).

As crianças são especialmente suscetíveis aos efeitos dos desastres naturais, apresentando maior risco de doenças infecciosas, de agravos nutricionais e de impactos psicossociais, sendo que as condições precárias de abrigo e a descontinuidade dos cuidados de saúde e educação amplificam esses riscos (Oliver; De Santana; Ribeiro, 2024).

O envelhecimento da população impõe desafios adicionais, uma vez que os idosos tendem a apresentar maior fragilidade física e funcional, além de sofrerem mais intensamente os efeitos psicossociais das situações de desastre, demandando abordagens específicas de cuidado e estratégias de inclusão nos planos de resposta e recuperação (Oliver; De Santana; Ribeiro, 2024).

Os efeitos dos desastres sobre a saúde incluem ainda o comprometimento das condições de vida e da infraestrutura dos serviços de saúde, com a destruição de unidades, a interrupção do fornecimento de insumos e medicamentos e a sobrecarga dos profissionais de saúde, o que compromete a capacidade de resposta e prolonga os efeitos adversos (Freitas et al., 2014).

Sendo assim, destaca-se a necessidade de abordagens intersetoriais e integradas que articulem ações de saúde com estratégias de reconstrução e de proteção social, sendo que o fortalecimento das capacidades de vigilância, prevenção e resposta é essencial para reduzir os riscos e os impactos à saúde (Freitas et al., 2014).

Assim, os desastres naturais reforçam a importância da promoção da resiliência comunitária, por meio da capacitação das populações e da construção de redes de apoio que fortaleçam as respostas locais e promovam uma recuperação mais sustentável e inclusiva, considerando que os impactos à saúde muitas vezes se estendem muito além do período de emergência (Machado, 2010).

2.2 O PAPEL DA FISIOTERAPIA NA RESPOSTA HUMANITÁRIA E NA REDUÇÃO DE DANOS

A resposta humanitária a desastres naturais exige ações rápidas, articuladas e interdisciplinares, e nesse contexto a atuação da fisioterapia representa um componente estratégico fundamental, pois ao integrar as equipes de assistência, o fisioterapeuta contribui tanto para o cuidado emergencial quanto para a reabilitação precoce, promovendo a preservação da funcionalidade e a redução de sequelas (Brasil, 2014).

A contribuição da fisioterapia nas operações de resposta humanitária inclui desde a avaliação das condições físicas das vítimas até a aplicação de técnicas que minimizem complicações respiratórias, musculoesqueléticas e neurológicas, proporcionando melhora do prognóstico e acelerando o processo de recuperação (Brasil, 2014).

Os princípios que norteiam a resposta humanitária, centrados na proteção da vida e no bem-estar das populações atingidas, encontram na fisioterapia um aliado importante, pois a atuação fisioterapêutica não se restringe ao ambiente hospitalar, sendo necessária também em abrigos temporários e nas comunidades afetadas, em ações voltadas à mobilidade, ao fortalecimento funcional e à prevenção de incapacidades (Brasil, 2014).

Além da atuação direta junto às vítimas, a fisioterapia desempenha um papel essencial na educação em saúde e na orientação das populações deslocadas, colaborando para a manutenção da saúde física em contextos de vulnerabilidade, onde as condições ambientais e sanitárias podem agravar quadros pré-existentes ou favorecer o surgimento de novos agravos (Freitas et al., 2014).

A participação da fisioterapia na redução de danos em desastres naturais é respaldada por modelos de atuação em saúde pública que enfatizam a integralidade das ações de prevenção, mitigação, resposta e reabilitação, sendo que a inserção efetiva da fisioterapia nesse ciclo contribui para fortalecer as capacidades de resiliência das comunidades afetadas (Freitas et al., 2014).

A prática fisioterapêutica em emergências humanitárias requer competências específicas, que vão além do domínio técnico das técnicas de reabilitação, exigindo habilidades em avaliação rápida, manejo de equipamentos de suporte básico, trabalho em equipe multiprofissional e sensibilidade cultural para atuar em contextos de sofrimento coletivo e perda (Brasil, 2014).

Nos cenários de desastre, a atuação da fisioterapia se estende também ao apoio aos profissionais de saúde e aos voluntários envolvidos nas operações, pois a manutenção da saúde ocupacional dessas equipes é fundamental para garantir a continuidade das ações de resposta, sendo que o fisioterapeuta pode contribuir com intervenções preventivas e de alívio de sobrecarga física (Brasil, 2014).

A literatura destaca que intervenções fisioterapêuticas precoces, iniciadas ainda nos estágios iniciais da resposta, reduzem significativamente o tempo de hospitalização e o risco de complicações secundárias, além de promoverem a recuperação funcional e a reintegração social das vítimas,

resultados que reforçam a importância da inclusão formal da fisioterapia nos protocolos de resposta humanitária (Oliver; De Santana; Ribeiro, 2024).

Nas operações de ajuda humanitária conduzidas pelo Brasil, como as descritas em relatórios do Ministério da Defesa, a composição de equipes multidisciplinares inclui profissionais fisioterapeutas, cuja atuação se dá tanto em ações emergenciais quanto no planejamento e execução de estratégias de reabilitação no médio e longo prazos (Brasil, 2014).

As ações de fisioterapia em campo devem ser adaptadas às condições logísticas e ambientais das operações, exigindo flexibilidade no uso de recursos e criatividade na implementação de protocolos de intervenção, sendo que a atuação baseada em evidências é fundamental para assegurar a eficácia das práticas implementadas em contextos de crise (Freitas et al., 2014).

O trabalho em rede é uma característica central das respostas humanitárias eficazes, e nesse sentido a fisioterapia se integra a fluxos de informação e coordenação que envolvem múltiplos atores institucionais e comunitários, colaborando para a construção de soluções compartilhadas e sustentáveis para a recuperação das populações afetadas (Brasil, 2014).

A atuação da fisioterapia em emergências também abrange o cuidado aos deslocados internos e refugiados, grupos que enfrentam riscos elevados de comprometimento funcional devido às condições precárias de vida e ao estresse prolongado, sendo que ações fisioterapêuticas direcionadas podem mitigar esses riscos e promover a qualidade de vida (Brasil, 2014).

A formação em fisioterapia humanitária deve contemplar conteúdos relacionados à gestão de risco de desastres, primeiros socorros, logística humanitária e aspectos éticos e culturais da atuação em emergências, preparando os profissionais para desempenharem seu papel de maneira competente e ética nos contextos de desastre (Brasil, 2014).

O fortalecimento da presença da fisioterapia nas estruturas de defesa civil e nos planos de contingência municipais, estaduais e nacionais é uma estratégia recomendada por especialistas, pois amplia a capacidade de resposta do sistema de saúde e assegura a oferta de cuidados integrais às populações afetadas por desastres naturais (Freitas et al., 2014).

Por fim, a atuação da fisioterapia na resposta humanitária deve ser reconhecida como um componente essencial das estratégias de redução de danos, pois ao promover a funcionalidade, prevenir incapacidades e apoiar a resiliência das comunidades, os fisioterapeutas contribuem de maneira decisiva para a construção de respostas humanitárias mais eficazes e humanas (Oliver; De Santana; Ribeiro, 2024).

2.3 FISIOTERAPIA COLETIVA E ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CONTEXTOS DE DESASTRES

A atuação da fisioterapia em contextos de desastres naturais exige uma abordagem que transcenda o modelo tradicional de intervenção individualizada, orientando-se para práticas coletivas que considerem as necessidades amplas das populações atingidas, sendo que o modelo da fisioterapia coletiva propõe justamente essa ampliação de foco, integrando ações de controle de risco e de promoção da saúde à reabilitação (Bispo Júnior, 2007).

A lógica da fisioterapia coletiva enfatiza o trabalho em equipe multiprofissional e a integração com outros campos do saber, reconhecendo que os determinantes sociais e ambientais da saúde desempenham um papel crucial na geração de vulnerabilidades que se expressam de forma aguda nos desastres naturais (Bispo Júnior, 2007).

Nesse sentido, a atuação interdisciplinar do fisioterapeuta em cenários de desastre demanda um diálogo constante com profissionais da medicina, enfermagem, psicologia, serviço social, nutrição, vigilância em saúde e com especialistas em logística humanitária, engenharia e proteção civil, criando sinergias que potencializam o alcance e a efetividade das ações (Bispo Júnior, 2007).

A inserção do fisioterapeuta em equipes de saúde coletiva nos territórios afetados permite um acompanhamento mais próximo das populações, contribuindo para o desenvolvimento de vínculos e para a construção de respostas adaptadas às realidades locais, o que é fundamental em contextos caracterizados por desestruturação e sofrimento coletivo (Bispo Júnior, 2007).

A fisioterapia coletiva propõe uma mudança de paradigma na prática profissional, superando a lógica biologicista-curativa para incorporar uma perspectiva que valorize os aspectos sociais, culturais e ambientais do processo saúde-doença, aproximando-se assim da concepção integral de saúde que orienta os sistemas públicos contemporâneos (Bispo Júnior, 2007).

Em contextos de desastre, essa abordagem permite que o fisioterapeuta atue não apenas na reabilitação dos indivíduos lesionados, mas também na vigilância e na promoção da saúde das comunidades, identificando e mitigando fatores de risco que possam agravar ou perpetuar os impactos do evento (Bispo Júnior, 2007).

A vigilância dos distúrbios cinesiofuncionais, enquanto subárea da vigilância epidemiológica, constitui um campo estratégico para a atuação da fisioterapia coletiva, pois permite o monitoramento da integridade físico-funcional das populações e a identificação precoce de necessidades de intervenção, contribuindo para a prevenção de incapacidades (Bispo Júnior, 2007).

A integração da fisioterapia com os sistemas de vigilância sanitária, epidemiológica, nutricional, ambiental e de saúde do trabalhador é fundamental para a construção de respostas abrangentes e intersetoriais aos desastres, fortalecendo a capacidade do sistema de saúde em proteger e promover a saúde das populações afetadas (Bispo Júnior, 2007).

Nos territórios atingidos, a atuação coletiva do fisioterapeuta envolve ações de educação em saúde, mobilização comunitária e fortalecimento das redes de apoio social, contribuindo para a resiliência das comunidades e para a construção de estratégias sustentáveis de recuperação e desenvolvimento (Bispo Júnior, 2007).

O trabalho em equipe multiprofissional permite que o fisioterapeuta compartilhe conhecimentos e estratégias com outros profissionais, enriquecendo as práticas de cuidado e ampliando o escopo das intervenções, o que é particularmente relevante em contextos de escassez de recursos e de demandas complexas e diversificadas (Bispo Júnior, 2007).

A articulação com os gestores locais e com os órgãos de defesa civil é outro componente essencial da atuação interdisciplinar da fisioterapia coletiva, pois permite o alinhamento das ações fisioterapêuticas com as estratégias mais amplas de gestão de risco e resposta a desastres, assegurando maior efetividade e pertinência das intervenções (Bispo Júnior, 2007).

A formação dos fisioterapeutas deve preparar os profissionais para atuarem nesse paradigma ampliado, incorporando conteúdos relacionados à saúde coletiva, às ciências sociais e à gestão de risco de desastres, além de promover competências para o trabalho em equipe e para a atuação em contextos de crise e emergência (Bispo Júnior, 2007).

A prática da fisioterapia coletiva em desastres envolve também uma postura ética e política comprometida com a equidade e com a justiça social, reconhecendo que os desastres naturais expõem e acentuam desigualdades preexistentes e que as respostas de saúde devem contribuir para sua superação e para a construção de sociedades mais justas e resilientes (Bispo Júnior, 2007).

A colaboração interprofissional em contextos de desastre requer um investimento contínuo em processos de capacitação, de planejamento conjunto e de avaliação integrada das ações, criando uma cultura de trabalho colaborativo que fortaleça a capacidade coletiva de resposta e de cuidado (OPAS, 2011).

Sendo assim, a aproximação entre fisioterapia e saúde coletiva abre novas possibilidades para a atuação profissional em contextos de desastre, conferindo à prática fisioterapêutica maior relevância social e maior capacidade de contribuir para a saúde e o bem-estar das populações, não apenas no enfrentamento imediato dos desastres, mas também na construção de processos de recuperação e de desenvolvimento sustentável (Bispo Júnior, 2007).

3 METODOLOGIA

Este trabalho foi conduzido por meio de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, voltada a examinar como a atuação da fisioterapia se insere nas respostas humanitárias aos desastres naturais, priorizando estudos que evidenciem estratégias de intervenção e impactos sobre a saúde das

populações afetadas, com o objetivo de sistematizar conhecimentos e práticas que possam orientar a construção de políticas e protocolos mais eficazes.

A revisão foi realizada com base em fontes secundárias disponíveis em bibliotecas virtuais e repositórios acadêmicos, contemplando artigos científicos, dissertações, teses, relatórios institucionais e documentos oficiais de organizações internacionais e nacionais que atuam no campo da gestão de riscos de desastres e da resposta humanitária, garantindo assim um escopo amplo e diversificado de evidências.

O processo de busca utilizou como principal base de dados a PubMed®, biblioteca virtual de literatura biomédica, que concentra produções relevantes das áreas de saúde pública, medicina, enfermagem, fisioterapia, odontologia e ciências ambientais, com a vantagem de disponibilizar um acervo robusto e de acesso público.

Para a identificação dos estudos, foram empregados os descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH) “desastres naturais” e “saúde”, em português, como estratégia de busca, sendo que os critérios de inclusão estipularam a presença simultânea desses descritores no título, no resumo ou nas palavras-chave das publicações selecionadas, assegurando a relevância temática dos materiais analisados (Oliver; De Santana; Ribeiro, 2024).

Os critérios de exclusão definiram a não inclusão de trabalhos que não contemplassem os dois descritores de forma explícita ou que abordassem tangencialmente o tema sem estabelecer relação direta com as questões de saúde e de resposta humanitária em desastres naturais, buscando assim manter o foco da revisão em contribuições pertinentes ao objeto de estudo.

Os documentos selecionados foram lidos integralmente para verificar sua elegibilidade e, uma vez validados, organizados em uma tabela de análise que contemplou informações como ano de publicação, autoria, fonte, tipo de desastre natural abordado, população afetada, tipo de intervenção fisioterapêutica proposta ou analisada e desfechos de saúde reportados.

Além da análise das produções acadêmicas, foram incorporados ao processo de revisão documentos técnicos da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), do Ministério da Saúde do Brasil e do Sistema Nacional de Defesa Civil, que oferecem diretrizes e registros de experiências práticas de resposta a desastres, ampliando a compreensão do contexto operacional e das possibilidades de inserção da fisioterapia nessas ações (Oliver; De Santana; Ribeiro, 2024).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos documentos e estudos revisados evidenciou que a atuação da fisioterapia em contextos de desastres naturais ainda é pouco sistematizada, embora sua contribuição para a redução de danos e para a recuperação das populações afetadas seja amplamente reconhecida no âmbito das políticas de saúde e das práticas de resposta humanitária, demonstrando que há uma lacuna importante

a ser preenchida no planejamento e na implementação de ações integradas de saúde em situações de emergência (Freitas et al., 2014).

O fortalecimento das capacidades locais de resposta e reabilitação, com a inclusão da fisioterapia nos planos de contingência e nas equipes multiprofissionais, é apontado como uma estratégia fundamental para garantir uma resposta mais efetiva e integral, capaz de atender às necessidades imediatas e de promover a recuperação funcional e psicossocial das comunidades afetadas (Freitas et al., 2014).

A revisão demonstrou que os processos de gestão de risco de desastres, quando articulados com projetos de reabilitação e reconstrução, potencializam os resultados das intervenções em saúde, permitindo não apenas a recuperação da funcionalidade das vítimas, mas também a construção de comunidades mais resilientes e preparadas para enfrentar futuros eventos adversos (Freitas et al., 2014).

Os modelos de atuação da fisioterapia coletiva oferecem uma base conceitual e metodológica consistente para orientar a inserção da prática fisioterapêutica nas respostas humanitárias, ao enfatizar a atuação em equipe interdisciplinar, o foco na integralidade do cuidado e a atenção aos determinantes sociais e ambientais da saúde (Bispo Júnior, 2007).

A prática da fisioterapia em desastres naturais exige uma abordagem que vá além do modelo reabilitador tradicional, incorporando ações de prevenção de agravos, promoção da saúde e fortalecimento das capacidades de enfrentamento das comunidades, o que demanda uma reconfiguração da formação e das práticas profissionais, aproximando a fisioterapia do campo da saúde coletiva (Bispo Júnior, 2007).

A inclusão da fisioterapia nos processos de vigilância em saúde e no monitoramento dos impactos dos desastres sobre a saúde das populações é uma estratégia recomendada, pois permite uma detecção precoce de agravos e uma resposta mais oportuna e eficaz, contribuindo para reduzir o risco de incapacidades e de agravos crônicos (Bispo Júnior, 2007).

Os resultados apontam que a articulação da fisioterapia com as ações de reabilitação física, saúde mental e apoio psicossocial é essencial para promover uma recuperação integral, considerando que os impactos dos desastres afetam de maneira complexa e interdependente as dimensões físicas, emocionais e sociais da saúde (Machado, 2010).

Experiências práticas documentadas em operações de ajuda humanitária revelam que a presença de fisioterapeutas nas equipes de campo contribui significativamente para a redução do tempo de hospitalização, para a prevenção de complicações secundárias e para a promoção da reintegração social das vítimas, fortalecendo os vínculos comunitários e a resiliência das populações afetadas (Brasil, 2014).

A atuação da fisioterapia em abrigos temporários e em comunidades deslocadas se mostra particularmente relevante, pois esses contextos apresentam riscos elevados de deterioração da saúde funcional e de agravamento de condições pré-existentes, exigindo intervenções específicas voltadas à manutenção da mobilidade, da capacidade funcional e da qualidade de vida (Brasil, 2014).

As evidências sugerem que a atuação da fisioterapia em desastres deve ser orientada por princípios de equidade e de justiça social, reconhecendo que os desastres naturais afetam de maneira desproporcional as populações mais vulneráveis, e que a resposta em saúde deve contribuir para reduzir essas desigualdades e para promover condições de vida mais justas e sustentáveis (Freitas et al., 2014).

A formação dos fisioterapeutas para atuação em contextos de desastre ainda constitui um desafio, sendo necessário incorporar nos currículos de graduação e nos programas de educação continuada conteúdos relacionados à gestão de risco de desastres, primeiros socorros, saúde coletiva, saúde mental e logística humanitária (Bispo Júnior, 2007).

Os resultados da revisão indicam que a aproximação entre fisioterapia e saúde coletiva amplia as possibilidades de atuação profissional em desastres, permitindo uma prática mais contextualizada, mais sensível às necessidades das populações e mais comprometida com os princípios de promoção da saúde e de desenvolvimento sustentável (Bispo Júnior, 2007).

A colaboração interprofissional e a construção de redes de trabalho são elementos centrais para o êxito das ações de fisioterapia em resposta a desastres, sendo que o desenvolvimento de competências para o trabalho em equipe e para a comunicação intercultural é fundamental para a efetividade das intervenções (OPAS, 2011).

Com isso, a institucionalização da fisioterapia nas estruturas de defesa civil e nos planos de resposta a emergências representa uma oportunidade estratégica para consolidar a presença da prática fisioterapêutica nas políticas de saúde pública e de gestão de risco de desastres, contribuindo para a construção de respostas mais integrais, equitativas e sustentáveis (Freitas et al., 2014).

Assim, os resultados desta revisão reforçam a importância de avançar na construção de um modelo de atuação da fisioterapia em desastres naturais que seja capaz de integrar prevenção, resposta e reabilitação, promovendo a saúde, a funcionalidade e a resiliência das populações afetadas, em consonância com os princípios da saúde coletiva e da gestão de risco de desastres (Bispo Júnior, 2007).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise conduzida ao longo deste estudo demonstrou que a fisioterapia humanitária possui um potencial significativo para contribuir de forma estruturada e eficaz na redução de danos em casos de desastres naturais, ampliando o escopo das respostas em saúde pública e oferecendo uma abordagem

integral e interdisciplinar voltada à recuperação funcional e à promoção da resiliência das populações afetadas.

A atuação da fisioterapia nesse contexto exige uma mudança de paradigma, que supere o modelo estritamente reabilitador e se alinhe aos princípios da saúde coletiva, incorporando ações de prevenção, promoção da saúde e fortalecimento das capacidades comunitárias desde as fases iniciais da resposta aos desastres, o que demanda uma preparação adequada dos profissionais e uma inserção formal da fisioterapia nas estruturas de gestão de risco e de defesa civil.

Os resultados desta revisão indicaram que a prática fisioterapêutica em desastres naturais deve contemplar uma abordagem ampliada que considere os determinantes sociais, culturais e ambientais da saúde, reconhecendo que os desastres não afetam de maneira homogênea as populações e que as respostas devem ser adaptadas às necessidades e às vulnerabilidades específicas de cada grupo.

Nesse sentido, a inserção da fisioterapia nas equipes multiprofissionais de resposta humanitária permite uma atuação integrada que valoriza o trabalho em rede e o diálogo entre saberes, contribuindo para a construção de respostas mais efetivas, mais humanas e mais comprometidas com a equidade e com a justiça social.

A formação profissional em fisioterapia deve ser aprimorada para preparar os fisioterapeutas para os desafios específicos da atuação em contextos de desastre, contemplando conteúdos relacionados à gestão de risco, primeiros socorros, saúde mental, logística humanitária e comunicação intercultural, além de promover competências para o trabalho em equipe e para a atuação em cenários de crise.

A prática da fisioterapia coletiva se apresenta como um referencial valioso para orientar essa atuação, oferecendo uma perspectiva que integra o cuidado individual e coletivo e que valoriza a promoção da saúde, a vigilância em saúde e a participação comunitária como componentes essenciais das respostas em saúde aos desastres.

A construção de políticas públicas que reconheçam e institucionalizem o papel da fisioterapia nas respostas a emergências e nos planos de contingência representa uma oportunidade estratégica para fortalecer a capacidade do sistema de saúde de enfrentar os desafios impostos pelos desastres naturais, promovendo respostas mais integradas, mais sustentáveis e mais centradas nas necessidades das populações.

Já a atuação da fisioterapia em contextos de desastre também deve se articular com os processos de reconstrução e desenvolvimento pós-desastre, contribuindo para a recuperação integral das comunidades e para a promoção de condições de vida mais seguras, mais saudáveis e mais resilientes, de modo a reduzir os riscos e as vulnerabilidades futuras.

O fortalecimento das capacidades locais, a valorização dos saberes comunitários e a promoção da participação social são elementos centrais para o êxito das ações de fisioterapia humanitária, que



devem ser conduzidas com sensibilidade cultural, ética e respeito à diversidade das populações atendidas.

Em suma, a inserção da fisioterapia na resposta humanitária a desastres naturais não apenas amplia o alcance e a qualidade das intervenções em saúde, mas também reafirma o compromisso da prática fisioterapêutica com os princípios da equidade, da integralidade e da promoção da saúde, contribuindo para a construção de respostas mais humanas, mais justas e mais eficazes para os desafios impostos pelos desastres naturais.



REFERÊNCIAS

BISPO JÚNIOR, José Patrício. Fisioterapia e saúde coletiva: repensando o modelo assistencial e a formação profissional. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 11, n. 23, p. 89-102, 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. Operações de Ajuda Humanitária no contexto da política externa e de defesa brasileira. Rio de Janeiro: ECEME, 2014.

FREITAS, Celina Maria Colino et al. Desastres naturais e saúde no Brasil: uma análise da situação atual, das lacunas no conhecimento e das necessidades para a gestão do risco. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 9, p. 3645-3656, 2014.

MACHADO, Marinice Rodrigues. Os impactos psicossociais do desastre natural de Petrópolis em 2008: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

OLIVER, Sofia Lizarralde; SANTANA, Keila Valente de Souza de; RIBEIRO, Helena. Desastres naturais e saúde: uma revisão sistematizada de literatura. *Hygeia*, Edição especial: XI GEOSAÚDE, e73364, 2024.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. Determinantes ambientais e sociais da saúde. Brasília: OPAS, 2011.

KRUM, Erica; BANDEIRA, Denise Regina. Coping coletivo em situações de desastre natural: um estudo exploratório em um município *brasileiro*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 24, n. 2, p. 153-161, 2008.